

**Análise Genealógica:
O estudo do poder nas empresas sob uma visão
foucaultiana**

**Genealogical Analysis:
The study of the power in the companies under a
foucaultian view**

Eloisio Moulin de Souza

Doutorando em Psicologia – UFES

Correio eletrônico: elomoul@terra.com.br

Leila Domingos Machado

Doutora em Psicologia Clínica – PUC/SP

Professora PPGADM/UFES

Correio eletrônico: leiladomingues@uo.com.br

Mônica de Fátima Bianco

Doutora em Engenharia da Produção

Professora PPGADM/UFES

Correio eletrônico: mfbianco@npd.ufes.br

Robson Carlos de Souza

Mestre Administração FGV/RJ

Resumo: A *Critical Management Studies* (CMS) ou teoria crítica em administração tem sido utilizada por muitos pesquisadores organizacionais. Dentro da teoria crítica temos correntes marxistas, neomarxistas e foucaultianas. A teoria foucaultiana aparece neste contexto como uma alternativa para os estudos que envolvem a temática poder. Mas, para que tais estudos repercutam a analítica de poder estabelecida por Michel Foucault faz-se necessário à utilização do método genealógico de pesquisa. Para a genealogia o poder é microfísico, não está em nenhum ponto de toda estrutura social, pois se constitui através de práticas sociais onde o poder é exercido. O método genealógico

não tem como objetivo a procura de uma origem ou fonte de poder. Para a filosofia foucaultiana não existe o sujeito, mas sim processos de subjetivação.

Palavras chave: Poder – Foucault – Genealogia – Nietzsche – Saber.

Abstract: Many organizational researchers have used critical Management Studies (CMS) or critical theory in management. In the critical theory we have currents Marxists, neo-Marxists and foucaultians. The foucaultian theory appears in this context as an alternative for the studies that involve the thematic about power. But, for such studies to rebound the analytic established by Michel Foucault it is necessary the use of the genealogical method of research. For the genealogy the power is microphysics, it is not in any point of every social structure, because it is constituted through social practices where the power is exercised. The genealogical method doesn't have as objective the search of an origin or source of power. For the foucaultian philosophy the subject doesn't exist but subjectivity processes.

Key Words: Power – Foucault – Genealogy – Nietzsche – Knowledge.

Introdução

O pensamento de Michel Foucault exerce nos dias atuais uma grande influência nos mais diversos campos das ciências humanas. Observa-se a inserção de sua obra em áreas como direito, medicina, história, literatura, psicologia, administração, dentre outras, o que demonstra a vigorosidade de seu pensamento, bem como a atualidade de seus conceitos para as análises que se debruçam na complexidade das organizações contemporâneas. Seu pensamento muitas vezes é subdividido em períodos temáticos: saber, poder e processos de

subjetivação. Entretanto, vale ressaltar que as discussões sobre saber não se separam de suas análises do poder. Da mesma forma que saber e poder são indispensáveis em seus trabalhos sobre subjetividade. É o próprio Foucault que nos diz que seu tema de estudo sempre esteve ligado aos processos de subjetivação ou ao exercício ético de constituição de si.

Através do método arqueológico Foucault (1999, 2002, 2003b) centra-se na constituição dos saberes, ou seja, como um saber assume o *status* de verdade e dá forma à discursividade de uma determinada época. Tal enfoque apresenta tanto as diversas disciplinas quanto às verdades a elas atreladas como constituição histórica, portanto, passíveis de transformações. O método genealógico dá mostras da forte influência da filosofia Nietzscheana no pensamento de Foucault.

Para Foucault “Nietzsche é aquele que ofereceu como alvo essencial, digamos ao discurso filosófico, a relação de poder. [...] é o filósofo do poder, mas que chegou a pensar o poder sem se fechar no interior de uma teoria política” (1979: 143). Apesar de fragmentos sobre poder aparecerem tanto em textos anteriores, é através da genealogia que Foucault na análise dos diagramas de força mais se dedica a desenvolver seu pensamento sobre poder: poder disciplinar, poder de regulamentação ou biopoder e governamentalidade.

O pensamento de Foucault sobre o poder tem sido muito utilizado nos estudos organizacionais, principalmente por pesquisadores que fazem parte da *Critical Management Studies* (CMS), que teve sua origem na década de noventa na Inglaterra (Fournier e Grey, 2000). Contudo, conforme demonstra Motta e Alcadipani (2003) em seu artigo publicado na ANPAD, intitulado “O Pensamento de Michel Foucault na

Teoria das Organizações”, as idéias de Michel Foucault são utilizadas de forma inadequada por alguns estudiosos organizacionais. Não se quer aqui analisar quais motivos levaram os pesquisadores organizacionais a cometerem erros na aplicação do pensamento de Foucault, nem apontar quais seriam estes erros. Objetiva-se colocar em discussão um ponto crucial no pensamento foucaultiano sobre poder: a utilização do método genealógico. Entender o que é genealogia para Foucault mostra-se fundamental para o desenvolvimento de qualquer pesquisa que utilize a analítica de poder desenvolvida pelo filósofo. O que é genealogia? Qual o significado do método genealógico? De onde provem? Qual sua relação com poder? Quais diferenças este procedimento metodológico instaura? São estas perguntas que se pretende debater neste trabalho.

Em termos metodológicos, fez-se necessário uma pesquisa qualitativa, tendo como objeto um estudo bibliográfico das principais obras de Michel Foucault (1979, 1987a, 1987b, 1988, 1999a, 1999b, 2002, 2003a, 2003b, 2003c) para entender-se o que é método genealógico. Para tanto, necessitou-se analisar a obra de Foucault como um pensamento unitário, não o fragmentando em arqueologia, genealogia e ética. Com o desenvolver dos estudos verificou-se a importância da filosofia nietzschiana no pensamento de Michel Foucault, filosofia esta que serve de base para o método genealógico utilizado por Foucault. Sendo Genealogia da Moral a obra que melhor retrata a pensamento genealógico de Nietzsche (1998), realizou-se através da mesma um estudo transversal entre o pensamento de Foucault e Nietzsche. Para uma melhor compreensão do conceito de genealogia, pesquisou-se autores que utilizam o método genealógico em seus

trabalhos, assim, observou-se que o método tem sido utilizado por pesquisadores de diversos campos das “ciências humanas”, destacando-se os estudos realizados nos campos da filosofia, psicologia e história dos seguintes estudiosos: Andrade (1999), Deleuze (1992, 1995, 1999), Guattari (1992, 1995), Lopes (2000), Lucariny (1998), Machado L. (1999), Machado R. (1997, 1999), Rago e Orlandi (2002), Rosa (1997), Vasconcelos (2000) e Vattimo (1980).

A Emergência do Pensamento Genealógico de Foucault

Meu desejo, em todo o caso, era dar a um olhar tão agudo e imparcial uma direção melhor, a direção da efetiva história da moral, prevenindo-o a tempo contra essas hipóteses inglesas que se perdem no azul. Pois é óbvio que uma outra cor deve ser mais importante para um genealogista da moral; o cinza, isto é, a coisa documentada, o efetivamente constatável, o realmente havido, numa palavra, a longa, quase indecifrável escrita hieroglífica do passado moral humano! (Nietzsche, 1998: 13).

É em Nietzsche (1998) que encontramos o conceito de genealogia utilizado por Foucault. Para entender o que é genealogia do poder em Foucault, faz-se necessário entender o pensamento genealógico de Nietzsche. Contudo, vale salientar que o pensamento genealógico não teve sua origem em Nietzsche. O próprio Nietzsche, ao estudar a procedência da moral, afirma que foi na genealogia desenvolvida por psicólogos ingleses, basicamente na obra de Paul Rée, que lhe despertou o interesse de divulgar suas idéias genealógicas (Nietzsche, 1998). Contudo, a genealogia nietzschiana é oposta a genealogia de Paul Rée. Enquanto esta prega a continuidade, a genealogia nietzschiana prega a descontinuidade da história. Para Nietzsche a

história não é formada por cadeias de signos, que se sucedem e substituem-se ininterruptamente de uma forma meramente casual.

A genealogia exige, portanto, a minúcia do saber, um grande número de materiais acumulados, exige paciência. Ela deve construir seus 'monumentos ciclópicos' não a golpes de 'grandes erros benfazejos' mas de 'pequenas verdades inaparentes estabelecidas por um método severo'. Em suma, uma certa obstinação na erudição. A genealogia não se opõe à história como a visão altiva e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista: ela se opõe, ao contrário, ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe à pesquisa da 'origem' (Foucault, 1979: 15-16).

A genealogia nietzschiana não busca a origem histórica, pois a busca de uma origem pressupõe a existência de uma "essência", uma "verdade" que está esperando para ser encontrada, constituindo-se como algo estático que se deu em determinado momento. Essa busca captura o jogo de forças e a processualidade em um referencial fixo inicial" (Andrade, 1999). Pelo contrário, genealogia é a busca da proveniência, onde "não se busca um acúmulo evolutivo e ordenado de fatos, mas um conjunto de acidentes, de acontecimentos [...] a pesquisa da proveniência não funda, muito pelo contrário, ela agita o que se percebia imóvel, ela fragmenta o se pensava unido" (Andrade, 1999: 77).

Genealogia para Nietzsche é o oposto da filosofia socrático-platônica, que se baseia na metafísica, na busca de uma verdade, fazendo com que a verdade seja um ideal ascético a ser seguido. Em Genealogia da moral, Nietzsche (1998) crítica a busca da verdade pelo

homem, entendendo que, a verdade (conhecimento) é algo historicamente constituída.

Em algum ponto perdido deste universo, cujo clarão se estende a inúmeros sistemas solares, houve, uma vez, um astro sobre o qual animais inteligentes inventaram o conhecimento. Foi o instante da maior mentira e da suprema arrogância da história universal (Nietzsche, *apud* Foucault, 2003a: 13).

Sendo assim não existe verdade e valores para serem seguidos ou buscados por meio do conhecimento. A verdade é fruto de uma relação de forças, de um embate, de uma guerra, de uma construção histórica, algo que está em constante metamorfose. Conceber a vida como embate é, pois, concebê-la como uma relação de forças sempre em busca de dominar e sobrepujar umas às outras. “O fundamental da genealogia é avaliar que conjunto de forças produz um certo tipo de valor e qual direção este valor imprime à vida” (Andrade, 1999: 77). Qualquer força tende a querer aumentar sua influência, seu domínio. Entretanto, neste choque entre diversas forças, a força dominante não elimina as outras forças, mesmo que estas sejam contrárias a dominante, mas afirma uma diferença. Mas o que seriam estas forças? Como se relacionam?

Na medida em que a avaliação de qualquer configuração implica a avaliação das forças aí presentes, faz-se necessário uma compreensão dessas forças no pensamento nietzschiano. A força só existe no plural; ela efetiva-se no confronto com outras forças. Não se trata de algo que é impulsionado ou que haja objetivos a serem atingidos pela efetivação da força. Trata-se de *vontade de potência*, de um estender-se até o limite, manifestação de um ‘querer-vir-a-ser-mais-forte’, que se efetiva continuamente no embate com outras forças (Andrade, 1999: 81, grifos nossos).

Vontade de potência é o que faz as forças moverem-se, lutarem entre si constantemente. Assim, a “essência” da vida é a vontade de potência. “A análise genealógica considera a vida como vontade de potência mesmo quando ela é reativa, negativa, fraca, isto é, quando exprime uma vontade de nada, quando é niilista” (Machado R., 1999: 69). Sendo a vontade de potência a essência da vida, conclui-se que a genealogia, seja qual for o objeto que a ela se aplique, será também uma teoria da vontade de potência.

Através da má-consciência, do ressentimento e do ideal ascético, a vontade de potência tem sua direção modificada para o interior do homem. Nietzsche (1998) define as características do niilismo: ressentimento, má-consciência e ideal ascético. “O ressentimento é o predomínio das forças reativas sobre as ativas. O ressentimento é alguém que nem age nem reage realmente; produz apenas uma vingança imaginária, um ódio insaciável” (Machado R., 1999: 64). Assim, o homem produz culpa e culpados através da má-consciência. Por último, o ideal ascético transforma a vida em um erro, e que o verdadeiro sentido da vida está em um mundo além vida. “Para tornar-se desejável essa negação da vida, supõe a existência de outra vida, de um mundo do além, de um mundo supra-sensível” (Machado R., 1999: 66).

O Método Genealógico

Ursprung, Entestehung, Herkunft e Erfindung. Palavras alemãs que merecem destaque no estudo genealógico. *Ursprung* significa origem, palavra que Nietzsche (1998) evita utilizar em sua obra, substituindo-a por *Entestehung, Herkunft e Erfindung*. Nietzsche não quer pesquisar a origem como salienta Foucault:

Por que Nietzsche genealogista recusa, pelo menos em certas ocasiões, a pesquisa da origem (*Ursprung*)? Porque, primeiramente, a pesquisa, nesse sentido, se esforça para recolher nela a essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo. Procurar uma origem é tentar reencontrar 'o que era imediatamente', o 'aquilo mesmo' de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira. Ora, se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas há 'algo inteiramente diferente': não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas (1979: 17-18).

O método genealógico não busca a origem, não quer encontrá-la, mesmo porque para o genealogista ela não existe. Não há algo dado, oculto, esperando que alguém a descubra. Exatamente por isso que Nietzsche (1998) evita utilizar em sua obra a palavra essência ou origem (*Ursprung*). Mas quais palavras são utilizadas pelo genealogista quando este percebe a imanência de uma força? O que poderia representar o domínio de uma força sobre outras, marcando assim o início de um novo período histórico?

Herkunft significa proveniência, significa entender a complexa rede formada por marcas sutis, singulares e subindividuais, que juntas formam uma rede. Contudo o método genealógico não recua no tempo para procurar uma continuidade, não quer mostrar que o presente é fruto de um passado contínuo e progressivo, mas sim demonstrar que o passado é algo disperso, e que deve ser mantido nesta dispersão. “É descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente” (Foucault, 1979: 21). A pesquisa da proveniência não quer fundar, mas sim agitar, sacudir o que parece imóvel, fragmentar o que se pensa unido, afirmar a heterogeneidade. *Herkunft* designa-se a demonstrar como as forças lutam entre si, o combate de forças frente a adversidade, sua luta pela sobrevivência.

Entstehung traz consigo a idéia de emergência, é o ponto de surgimento. “A emergência é, portanto a entrada em cena das forças; é sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua própria juventude” (Foucault, 1979: 24).

As diferentes emergências que se podem demarcar não são figuras sucessivas de uma mesma significação; são efeitos de substituição, reposição e deslocamento, conquistas disfarçadas, inversões sistemáticas. Se interpretar era colocar lentamente em foco uma significação oculta na origem, apenas a metafísica poderia interpretar o devir da humanidade. Mas se interpretar é se apoderar por violência ou sub-repção, de um sistema de regras que não tem em si significação essencial, e lhe impor uma direção, dobrá-lo a uma nova vontade, fazê-lo entrar em um outro jogo e submetê-lo a novas regras, então o devir da humanidade é uma série de interpretações. E a genealogia deve ser a sua história: história das morais, dos ideais, dos conceitos metafísicos, história do conceito de liberdade ou

da vida ascética, como emergências de interpretações diferentes. Trata-se de fazê-las aparecer como acontecimentos no teatro dos procedimentos (Foucault, 1979: 26).

Proveniência, emergência. *Herkunft, Entstehung*. Palavras chave para entender-se o método genealógico. Além delas, outra palavra é essencial para o genealogista: *Erfindung*. *Erfindung* é a palavra que mais se opõe a *Ursprung* (origem). *Erfindung* quer dizer invenção. “Quando fala de *invenção*, Nietzsche tem sempre em mente uma palavra que opõe a invenção, a palavra *origem*. Quando diz *invenção* é para não dizer *origem*; quando diz *Erfindung* é para não dizer *Ursprung*” (Foucault, 2003a: 14). Quando Nietzsche estuda a religião, ele critica alguns filósofos, como Schopenhauer, que afirmam e buscam em seus estudos a origem da religião. Para Nietzsche, admitir que a religião tem uma origem, significa que a religião já era algo dado, algo metafísico. Portanto, para Nietzsche a religião não tem origem, pois ela foi inventada. “Em um dado momento, algo aconteceu que fez aparecer a religião. A religião foi fabricada. Ela não existia anteriormente” (Foucault, 2003a: 15). Enquanto *Ursprung* passa uma idéia de continuidade, *Erfindung* dá uma idéia de ruptura, descontinuidade.

A invenção – *Erfindung* – para Nietzsche é, por um lado, uma ruptura, por outro, algo que possui um pequeno começo, baixo, mesquinho, inconfessável. [...] O conhecimento foi, portanto, inventado. Dizer que ele foi inventado é dizer que ele não tem origem. É dizer, de maneira mais precisa, por mais paradoxal que seja, que o conhecimento não está em absoluto inscrito na natureza humana (Foucault, 2003a: 15-16).

Assim, para a genealogia a história é feita de rupturas, descontinuidades. A idéia de que a história é algo contínuo, que sempre

tende para o progresso, de que existe uma origem a ser descoberta e em cuja origem pode-se encontrar a essência do homem, toda a sua pureza, sua perfeição, enfim, tudo o que prega a metafísica socrático-platônica, é para o genealogista mera ilusão.

Genealogia e Poder

“Hoje fico mudo quando se trata de Nietzsche. No tempo em que era professor, dei freqüentemente curso sobre ele, mas não mais o faria hoje. Se fosse pretensioso, daria como título geral ao que faço de ‘genealogia da moral’” (Foucault, 1979: 143). Assim, Foucault (1979) designa a sua obra sobre poder como sendo uma ressonância nietzschiana. Contudo, quais seriam as relações entre a genealogia nietzschiana e a analítica de poder foucaultiana? Em que se complementam? Quais as suas repercussões nos estudos sobre poder?

O estudo sobre saber consiste em analisar como as ciências humanas constituíram-se, levando-se em consideração uma relação entre os saberes, estabelecendo-se uma rede conceitual que permite seu domínio sobre os demais saberes, não analisando de forma intencional as relações entre os saberes e as estruturas econômicas e políticas. Esta análise tem como objetivo responder como surgem os saberes e como se modificam (Foucault, 1999a, 2002, 2003b). Na analítica de poder, Foucault preocupa-se em estudar o porquê do domínio de um saber, quais condições externas proporcionam o domínio de um determinado saber. É por meio da análise do porquê dos saberes, que se pretende “explicar sua existência e suas transformações

situando-o como peça de relações de poder ou incluindo-o em um dispositivo político, que em uma terminologia nietzschiana Foucault chamará genealogia” (Foucault, 1979: X).

Assim, o que seria poder para Foucault? Algo que possa ser colocado em um microscópio para ser analisado? Uma teoria? Um objeto? Não. Foucault estabelece uma analítica de poder, não uma teoria sobre poder. Por que? Porque a genealogia não vê a história como algo contínuo, fixo, linear, mas sim como algo em constante transformação. A história é necessariamente descontínua, não linear, marcada por rupturas. Rupturas que refletem a luta entre forças que estão sempre se modificando em um determinado contexto histórico. Foucault, como todo genealogista, estabelece assim uma analítica e não uma teoria sobre o poder, ou melhor, procura acompanhar o processo de transformação das relações de poder em lugar de fixar definições colocadas em uma busca da verdade, o poder não possui uma natureza, uma essência, uma origem, uma unidade, um objeto, ao contrário, poder é heterogeneidade em constante transformação (Foucault, 1979).

O que é o Poder? A definição de Foucault parece bem simples: o poder é uma relação de forças, ou melhor, toda relação de forças é uma ‘relação de poder’. Compreendamos primeiramente que o poder não é uma forma, por exemplo, a forma-Estado; e que a relação de poder não se estabelece entre duas formas, como o saber. Em segundo lugar, a força não está nunca no singular, ela tem como característica essencial estar em relação com outras forças, de forma que toda força já é relação, isto é, poder: a força não tem objeto nem sujeito a não ser a força. [...] a força não tem outro objeto além de outras forças, não tem outro ser além da relação: é ‘uma ação sobre ação, sobre as ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes’, é ‘um conjunto de ações sobre ações possíveis’ (Deleuze, 1988: 78).

Sendo o poder relações de força, se manifesta de todas as práticas sociais. Assim, O poder passa a ser analisado em sua microfísica e não como algo incorporado e criado pelos aparelhos de Estado. Esta microfísica apresenta o poder como algo periférico e molecular. Desta forma os poderes periféricos e moleculares não estão no Estado e nem foram confiscados e absorvidos por ele. Não têm sua origem no Estado, nem tiveram sua origem fora dele, pois o poder não tem origem. O poder manifesta-se no Estado ou em qualquer aparelho central como também em toda periferia da estrutura social (Foucault, 1979). É através de instituições como o Estado, o judiciário, a escola, a família, a religião, o mercado, a arte etc., que o poder se estabiliza e traça uma linha de força geral. Esta canalização e integração do poder em instituições não caracteriza estas instituições como fontes de poder, nem como sendo sua essência (Deleuze, 1988). Em suma: para Foucault o poder não existe o que existe são relações e práticas sociais onde o poder é exercido.

De uma certa forma os mecanismos de poder nunca foram estudados, o que se estudou foram as pessoas e as instituições que detinham o poder, como se elas fossem fonte de poder. “Os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e neste complexo os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado” (Foucault, 1979: XII). Destaca-se, nesta autonomia relativa da periferia em relação a um aparelho central, que as mudanças e transformações ao nível capilar do poder não possuem necessariamente ligação com mudanças que tem sua origem no Estado. Em termos metodológicos, Foucault (1979) prioriza este nível molecular do poder, ou seja, o poder

não é estudado do centro para a periferia. Esta forma de análise do poder provoca rupturas com a visão tradicional e conservadora, pois privilegia o que se pensava enfraquecido, atônito, sem poder, pois onde há poder há resistência. Entretanto, isso não significa que o poder esteja na periferia ao invés de estar no Estado ou em qualquer outra instituição. Vale lembrar que o poder não está localizado em nenhum ponto específico de toda estrutura social. O poder é algo que ninguém pode possuir. Não está nas pessoas, nas instituições, muito menos em um cargo. O poder não é um objeto ou um sujeito, mas uma relação. . Portanto, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder (Foucault, 1979).

O poder geralmente é visto como algo que reprime, algo que se manifesta apenas pela negação, pela proibição, pela punição. Em *Vigiar e Punir* Foucault (1987a) demonstra exatamente o oposto: o poder manifesta-se na maioria das vezes como algo positivo, objetiva produzir o homem de acordo com os interesses das forças que querem dominar. Foucault (1979: 131) quando analisa a mecânica do poder, ele pensa “em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana”. Torna-se mais eficaz vigiar o homem do que puni-lo. O poder tem como objetivo gerir a vida dos indivíduos, controlá-los nas suas relações, na sua aprendizagem, para torná-los dóceis, adestrados, utilizar assim uma forma constante de aperfeiçoamento das capacidades humanas para

aproveitá-las ao máximo. O poder passa a ser exercido no corpo social e não sobre o corpo social.

Tendo como efeito a constituição de uma identidade. Pois minha hipótese é de que o indivíduo não é o dado sobre o qual se exerce e se abate o poder. O indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças (Foucault, 1979: 161-162).

Assim, o poder não pode ser explicado apenas por sua função negativa, mas deve-se, para entendê-lo, analisar a sua eficácia produtiva, sua positividade, pois o indivíduo é uma produção do poder e do saber, tendo como efeito a constituição de sua subjetividade. Desta forma, qual é a relação entre poder e saber? Qual sua influência nos estudos genealógicos? Todo conhecimento é fruto de relações e condições políticas, condições estas que formam tanto o sujeito como também as positivities, e conseqüentemente os domínios do saber, não há saber neutro (Foucault, 2002). Todo saber tem sua invenção, sua emergência e sua proveniência em relações de poder. Não existe poder sem saber e todo saber gera novas relações de poder. A genealogia do saber deve ser analisada não a partir dos tipos de consciência, percepções ou ideologias, mas das estratégias de poder (Foucault, 1979).

Esta relação poder-saber, em termos genealógicos, é o que permite o "acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais" (Foucault, 1979: 171). O método genealógico consiste em ativar saberes locais, descontínuos, não legitimados e

confrontá-los com o saber dominante que pretende purificá-los, ordená-los e classificá-los em nome de um conhecimento verdadeiro. Refere-se a uma insurreição dos saberes contra os efeitos centralizadores do poder que estão ligados as instituições. Trata-se não de dar um fundamento teórico contínuo e sólido a todas as genealogias que estão dispersas, nem tentar unificá-las, mas de verificar sua emergência e evidenciar o problema que está em jogo nesta oposição, nesta luta, nesta insurreição dos saberes contra a instituição e os efeitos de poder e de saber. Desta forma, pode-se afirmar que:

A genealogia seria, portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico. A reativação dos saberes locais – menores, diria talvez Deleuze – contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos intrínsecos de poder, eis o projeto destas genealogias desordenadas e fragmentárias. Enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade (Foucault, 1979: 172).

“Não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (Foucault, 1987: 27). A microfísica não constitui o poder como uma propriedade, mas como uma estratégia, ou seja, os efeitos do poder não podem ser designados a uma apropriação do poder, mas sim as táticas, técnicas, estratégias que surgem em uma rede de relações sempre em mudança, tornando o poder um exercício, uma prática social. Desta forma o poder produz saber e as relações poder-saber não podem ser estudadas a partir de um sujeito que seria

livre, em relação ao sistema de poder, para produzir saber, ao contrário, o sujeito que produz saber também é constituído pelas relações poder-saber de uma determinada época. “Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processo e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento” (Foucault, 1987: 27).

Entretanto, entre poder e saber “há diferenças de natureza, heterogeneidade; mas há também pressuposição recíproca e capturas mútuas e há, enfim, primado de um sobre o outro” (Deleuze, 1988: 81). Quanto à diferença de natureza, o poder não passa por formas, apenas por forças. O saber diz respeito a matérias já formadas, cristalizadas e a funções formalizadas e regulamentadas, repartidas palmo a palmo sob as duas grandes condições formais do saber: ver e falar, luz e linguagem, visível e enunciável.

Portanto, o saber é estratificado, classificado, arquivado, possuindo uma segmentaridade rígida. O poder, ao contrário, é diagramático, as relações de forças, ou de poder, são microfísicas, difusas, estratégicas, heterogêneas e singulares. O diagrama “é a exposição das relações de forças que constituem o poder” (Deleuze, 1988: 46). O diagrama é o mapa destas relações de forças. Mede intensidade, ligações, densidade entre as forças que não são localizáveis em nenhum ponto da estrutura social, ou melhor, forças que passam por todos os pontos da estrutura social e estão em constante atualização. Portanto, Foucault vê o poder como um exercício e o saber como uma norma ou regulamento.

Sendo o pode algo diagramático, não estratificado e flexível, tendo como efeito outras forças, ele não passa por formas, mas por pontos que marcam a aplicação de uma força, uma ação e reação de uma força sobre outras. Portanto, estas relações entre forças formam uma estratégia, algo anônimo, pois escapa das formas estáveis que constituem o saber. O saber é algo estratificado, segmentado e relativamente rígido. O saber forma extratos, é constituído pelo visível e o enunciável, ou melhor, pelos aparelhos e regras instituídos (Deleuze, 1988). O panóptico de Bentham, modelo de prisão desenvolvido no século dezanove, demonstra esta relação entre o visível e o enunciável. Foucault (1987: 165-166) assim o descreve:

na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central. E em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou em escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha.

Todo o arcabouço penal da época, constituído pelo código penal e todo conhecimento jurídico, suas regras e normas, formam o campo

enunciável do saber jurídico do século dezanove. A arquitetura do panóptico, criada para que, através da luz, cada indivíduo fosse controlado e desta forma incorpora-se o controle, constitui o campo visível do saber. Portanto em cada formação do saber haverá “uma forma de receptividade que constitui o visível, e uma forma de espontaneidade que constitui o enunciável” (Deleuze, 1988: 84). As combinações entre visível e enunciável definem e constituem os estratos históricos que formam o saber.

O saber integra o poder, canaliza as diversas forças ou relações diferenciais de poder. Não há no saber nenhuma experiência originária, nova, porque o visível e o enunciável estão ligados as relações de poder que eles mesmos atualizam formando estratos. O diagrama interage e comunica-se com os estratos formados que o estabiliza, mas também se comunica com outro diagrama, ou seja, as outras formas instáveis de diagrama que provocam instabilidades e mudanças. Assim as forças lutam, dominam, são dominadas e perseguem seu destino mutante (Deleuze, 1988).

Processos de Subjetivação

Quais seriam as implicações desta relação poder-saber no campo da subjetividade? As subjetividades expressam relações de poder-saber, que moldam, torcem, territorializam, desterritorializam, reterritorializam, em suma, dobram, desdobram e redobram os homens (Deleuze, 1998); rompendo de uma vez por todas com a concepção intimista de subjetividade (Machado L., 1999). Para Foucault não existe

subjetividade e sim processos de subjetivação. Mas o que seriam processos de subjetivação? Machado L. (1999: 214) esclarece:

O que acreditamos ser nossa personalidade, nosso mais íntimo desejo, são expressões-em-nós da história de nossa época. A própria necessidade de acreditarmos que temos coisas que nos são particulares e que nos diferenciam do resto do mundo é uma produção própria do momento que vivemos hoje. Nós somos atravessados por toda uma complexa teia de aspectos desejantes, políticos, econômicos, científicos, tecnológicos, familiares, culturais, afetivos, televisivos... Entretanto, cada um de nós tem uma história de vida que é singular, mas que não é interior.

Neste processo, o homem pensa que suas vontades, desejos, pensamentos, ações são concepções que o remetem para sua interioridade, sua intimidade. Contudo, através da perspectiva foucaultiana de poder, verifica-se que o homem é relação de saber e poder que o cercam, ou melhor, os processos de subjetivação são constituídos pelas redes de poder-saber que se configuram em cada época histórica. Subjetividade produzida por instâncias individuais, coletivas e institucionais. Entre as instâncias que atuam nos processos de subjetivação podemos citar: família, educação, meio ambiente, religião, arte, esporte, trabalho que seriam os componentes semiológicos significantes dos processos de subjetivação. Além destas instâncias existem elementos criados pela mídia, cinema, televisão, além de componentes semiológicos a-significantes como máquinas informacionais (Guattari, 1992).

Os homens passam a ser geridos em cada detalhe de suas vidas, mesmo que os mesmos não se dêem conta disto. As forças são diagramatizadas de maneira a formarem um fluxo, uma rede, ou

segundo Deleuze e Guattari (1995) um rizoma. Esta diagramatização de forças ocorre por meios das instituições que dão uma direção a este fluxo para gerir uma população, o que Foucault (1979) chama de governamentalidade. Gerir uma população não é gerir uma massa para que resultados globais e objetivos comuns possam ser atingidos, mas geri-la em todos os detalhes, em profundidade, constituindo o próprio ser. Assim, governamentalidade significa:

- 1 - o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.
- 2 – a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes (Foucault, 1979: 291-292).

Portanto, observam-se três dimensões autônomas, mas que se implicam constantemente na constituição do indivíduo: saber, poder e si. Saber é determinado pelo visível e o enunciável. O poder é determinado por meio das relações de forças. O si é determinado pelos processos de subjetivação, ou melhor, pelos locais onde passa a dobra. As implicações entre poder, saber e os processos de subjetivação tornam-se mais claras por meio do diagrama de Foucault, que é composto pelos quatro elementos abaixo representados:

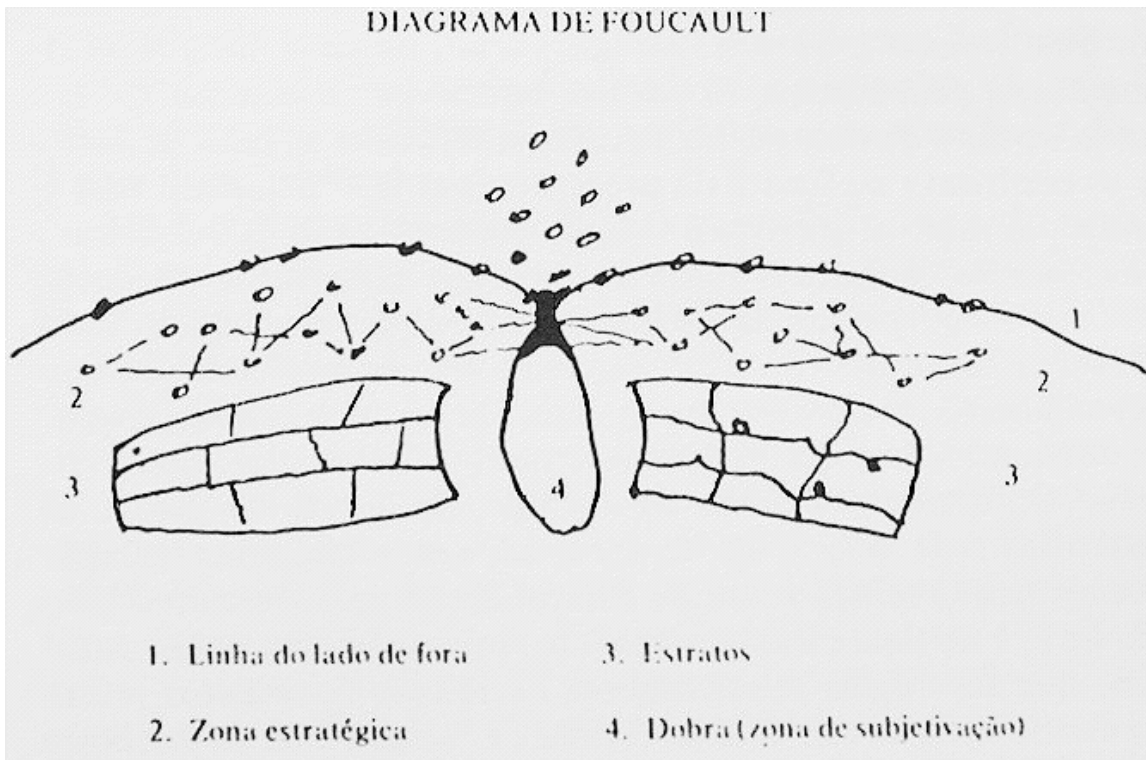


Figura 1 - Diagrama de Foucault
Fonte: Deleuze, Gilles (1988: 128).

Qualquer ser pensante enfrenta uma linha onde está em jogo a vida e a morte, a razão e a loucura. A única possibilidade de pensamento é sobre esta linha. Pensar não é interpretar, mas é experimentar, toda experimentação traz consigo algo de novo, que está surgindo, que é atual. Essa linha não é uma linha abstrata, não está somente no pensamento, mas também nas coisas, está em toda parte onde o pensamento enfrenta a vida. É a linha do Fora. O pensamento não vem de dentro, como também não vêm do mundo exterior. O pensamento vem do Fora e, como o pensamento está em circulação, a ele retorna. O pensamento consiste em enfrentar o Fora. A linha do Fora constitui o nosso duplo. Assim, para salvar-se desta linha é preciso conseguir dobrar a linha, para criar uma zona onde seja possível proteger-se,

alojar-se, enfrentar, ou melhor, pensar. Portanto, tem-se que curvar a linha para viver-se sobre ela. Mas a linha está se dobrando constantemente, em alta frequência. Assim, o homem tem que se dobrar novamente para constituir-se.

Estas dobras e desdobras são, nada mais nada menos, os processos de subjetivação (Deleuze, 1992). “A dobra que faz nosso corpo [...], a dobra que faz a força quando esta se exerce sobre si mesma ao invés de se exercer sobre outras forças, a dobradura que faz a verdade na sua relação conosco, enfim, o dobramento último, [...] para constituir uma ‘interioridade de espera’” (Deleuze, 1992: 140). Não basta a força se exercer sobre outras forças, ou que seja afetada por outras forças, ela também atua sobre si mesma. A subjetivação consiste, pois em “dar uma curvatura à linha, fazer com que ela retorne sobre si mesma, ou a força afete a si mesma. Teremos então os meios de viver o que de outra maneira seria invisível” (Deleuze, 1992: 141). Portanto não há sujeito, mas processos de subjetivação.

Conclusão

Em vista do exposto, algumas considerações sobre a aplicação do método genealógico nos estudos organizacionais devem ser feitas. Primeiramente salienta-se que o pensamento foucaultiano não tem relação, nem segue o pensamento marxista ou neomarxista, especialmente quando o assunto é poder. O fato do trabalho desenvolvido por Foucault (1979, 1987a, 1988, 2003a), ser classificado no paradigma humanista radical (Burrell, 1988), contribui para esta

confusão. As teorias críticas, que pertencem a tal paradigma, não são sinônimas de homogeneidade e nem de similitude de idéias, pelo contrário, constituem-se como sendo um campo heterogêneo de pensamento (Fournier, Grey, 2000).

Um dos conceitos básicos, dentro de uma certa perspectiva marxista, é o de alienação. Contudo, apesar de Foucault (1987b) declarar a influência de Marx, Freud e Nietzsche em seu pensamento, observa-se que para a analítica foucaultiana, e o método genealógico, não existem o conceito de alienação. Para o homem constituir-se na atualidade como um ser alienado, pressupõe-se que em algum momento de sua existência ele foi corrompido, desvirtuou-se de sua essência e deva voltar a sua origem para resgatar esta essência perdida. Ora, se para o genealogista o homem é um produto de relações historicamente constituídas, produto das diversas forças que o atravessam, que o constituem e o modelam, ou seja, o homem sempre foi e sempre será constituído pelas relações de poder historicamente localizadas, não há assim nenhuma época em que o homem foi puro, virtuoso e livre dos efeitos das relações de poder que o dobram, redobram, desdobram. Conseqüentemente não há essência nem origem para ser resgatada, para desta forma desalienar o homem.

Como *Vigiar e Punir* (1987a) é a obra, mas conhecida de Foucault e a mais utilizada por pesquisadores organizacionais (Motta e Alcadipani, 2003), observa-se na utilização de Foucault, como referencial teórico em estudos sobre poder, uma certa instrumentalização do poder. O que seria esta instrumentalização? Seria buscar a fonte do poder em um gerente, em um funcionário, em um determinado departamento, em um equipamento (câmeras, computadores, sistemas) etc, como se alguém

ou algo se possui e fosse a origem do poder, tornando assim o poder em algo físico, em um objeto, idéia esta contrária à analítica de poder foucaultiana. Vale lembrar que para Foucault o poder é algo microfísico, não existe uma fonte de poder, pois sua origem não está em nenhum ponto de toda estrutura social.

Por fim, para realizar-se um estudo organizacional sobre poder, que tenha como referencial teórico Foucault, deve-se utilizar o método genealógico. Faz-se então necessário observar-se cinco procedimentos metodológicos (Foucault, 1979):

- 1) O poder não deve ser analisado em seu centro, ou seja, na diretoria de uma empresa, em seu presidente, mas sim em suas extremidades, onde o poder se distribui e ramifica, ou seja, onde o poder é capilar. Assim, ao invés de preocupar-se descobrir onde o poder está localizado, deve-se captar o poder na extremidade, na periferia das relações sociais. Isto não significa que o poder encontra-se localizado nesta periferia, contudo é nela que as forças apresentam-se mais heterogêneas, difusas, não estando ainda direcionadas pelas instituições e conseqüentemente homogêneas. É na periferia que o poder pode ser analisado de forma a observa-se à diversidade das forças atuantes em uma organização;
- 2) Deve-se procurar qual a intenção do poder nas práticas sociais reais, ou como Foucault (1979: 182) chama: "em sua face externa". Portanto o poder deve ser compreendido na relação

direta como o seu objeto, local onde ele se aplica, onde ele produz efeitos. Assim, não se procura analisar a intenção de um sujeito, o que pretende uma pessoa ao exercer poder, o que seria uma abordagem interna. Mas busca-se entender como que o poder foi constituído, quais são seus elementos constitutivos, quais seriam estas forças e condições que permitiram seu domínio sobre os demais poderes, suas multiplicidades. Enfim, busca-se entender o seu *Entstehung*, a emergência de uma força sobre as demais forças que ali atuam. Quer-se encontrar o seu ponto de surgimento, o salto de uma força dos bastidores para o palco do teatro;

- 3) Não conceber o poder como um “fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras” (Foucault, 1979: 183), pois o poder não é algo dividido entre os que o possuem e aqueles que não o possuem e são dominados. O poder deve ser pensado como um fluxo, algo em constante movimento que circula e só funciona em rede, não se constituindo assim em algo fixo. Portanto, o poder “não se aplica aos indivíduos, passa por eles” (Foucault, 1979: 183). O que demonstra e reforça o pensamento foucaultiano que constitui o poder como sendo microfísico, não estático, em constante movimento e transformação. Onde há poder sempre haverá resistência;

- 4) O método genealógico não procura fazer uma dedução do poder, que se partindo do centro, procurar-se-ia medir até que ponto

periférico da estrutura social ele provocaria algum efeito. Mas sim fazer uma análise ascendente de poder, começando pelos mecanismos infinitesimais na periferia da estrutura social. Para melhor entender-se esta precaução metodológica faz-se necessário exemplificar com a pesquisa de Foucault sobre a loucura:

A análise descendente, de que se deve desconfiar, poderia dizer que a burguesia se tornou a classe dominante a partir do final do século XVI e início do século XVII; como é então possível deduzir desse fato a internação dos loucos? A dedução é sempre possível, é sempre fácil e é exatamente esta a crítica que lhe faço. Efetivamente, é fácil mostrar como se torna obrigatório desfazer-se do louco justamente porque ele é inútil na produção industrial. [...] Creio que é possível deduzir qualquer coisa do fenômeno geral da dominação da classe burguesa. O que faço é o inverso: examinar historicamente, partindo de baixo, a maneira como os mecanismos de controle puderam funcionar; por exemplo, quanto à exclusão da loucura ou à repressão e proibição da sexualidade, ver como, ao nível efetivo da família, da vizinhança, das células ou níveis mais elementares da sociedade esses fenômenos de repressão ou exclusão se dotaram de instrumentos próprios, de uma lógica própria, responderam a determinadas necessidades [...] (Foucault, 1979: 184-185).

Portanto, não se quer analisar, em uma pesquisa genealógica, qual é a extensão do poder, qual a sua medida. Mas, compreender que o poder é um fluxo, uma rede que transpassa sem fronteiras todos os pontos da estrutura social. Este fluxo não está preso nem contingenciado dentro dos limites de uma organização, ele circula livremente por toda estrutura social;

- 5) As ideologias são instrumentos utilizados para a formação e a acumulação do saber, para isto utiliza-se de técnicas de

observação, normas para registro e procedimentos de pesquisa. A ideologia separa o falso do verdadeiro. Contudo, a idéia de verdade e falsidade como sendo elementos separados, distantes, opostos, não manifesta o pensamento genealógico, pois as forças são por natureza heterogêneas. A genealogia afirma uma diferença, Foucault é filósofo da diferença. “Tudo isto significa que o poder para exercer-se nestes mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e por em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são construções ideológicas” (Foucault, 1979: 186). Entender-se como estes saberes se constituem e estabiliza um diagrama de forças, analisar como se dá a relação entre poder e saber, é de suma importância para toda pesquisa genealógica;

- 6) Uma visão intimista de subjetividade humana não deve ser levada em consideração em uma pesquisa que utilize o método genealógico. Para a genealogia foucaultiana o que existe são processos de subjetivação que moldam, desmoldam, enfim dobram o homem a todo tempo, e constroem sua subjetividade. Utilizar-se em pesquisas genealógicas conceitos psicanalíticos, que vêem o homem como tendo uma subjetividade própria, íntima, fechada, indevassável, ou seja, como sendo a subjetividade algo particular de cada pessoa, construída por cada indivíduo de forma própria é um grave erro. O indivíduo constitui-se através do fluxo de forças que o passam, perpassam, transpassam, ou melhor, são estas forças que constituem o homem e sua subjetividade.

Portanto, valores que os homens pensam serem particulares de cada indivíduo são estabelecidos pelas forças que o constituem.

Assim, verificam-se três concepções básicas sobre poder em Foucault: primeiramente, o poder não tem como característica principal ser repressivo, negativo, mas sim ser positivo e desta forma produzir o indivíduo. Segundo, o poder não pode ser possuído, mas sim exercido. Finalmente, o poder passa tanto pelos dominados quanto pelos dominantes. Assim, o genealogista não pesquisa de onde vem o poder, tampouco qual é o local de sua origem, pois o poder é um exercício e se define pelo poder de afetar outras forças.

Bibliografia:

ANDRADE, A. N. Avaliação Genealógica. In: MENANDRO, P. R. M.; TRINDADE, Z. A., BORLOTI, E. B. (orgs.). *Pesquisa em Psicologia: recriando métodos*. 1999. Vitória, UFES. Programa de Pós-Graduação em Psicologia/CAPES/PROIN.

BURRELL, G. Ciência normal, paradigmas, metáforas discursos e genealogia da análise. In: CLEGG, S. R., HARDY, C., NORD, W. R. *Handbook de estudos organizacionais*. 1998. V.1. São Paulo, Atlas.

CLEGG, S. R., HARDY, C., NORD, W. R. *Handbook de estudos organizacionais*. 1998. V.1. São Paulo, Atlas.

DELEUZE, G., GUATTARI, F.. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. 1995. Rio de Janeiro, Editora 34.

DELEUZE, G. *Conversações*. 1992. Rio de Janeiro, Editora 34.

- _____. *Foucault*. 1988. 1. ed. São Paulo, Brasiliense.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 1979. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 1987a. Petrópolis, Vozes.
- _____. *Nietzsche, Freud & Marx: theatrum Philosophicum*. 1987b. 4. ed. São Paulo, Editora Princípio.
- _____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 1988. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- _____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 1999a. 8. ed. São Paulo, Martins Fontes.
- _____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*. 1999b. São Paulo, Martins Fontes.
- _____. *A arqueologia do saber*. 2002. 6. ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. 2003a. Rio de Janeiro, NAU Editora.
- _____. *A ordem do discurso*. 2003b. 9. ed. São Paulo, Edições Loyola.
- _____. *Estratégia, poder-saber*. 2003c. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- FOURNIER, V.; GREY, C. 2000. At the critical moment: conditions and prospects for critical management studies, *Human Relations*, vol. 53, n. 1.
- GUATTARI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. 1992. Rio de Janeiro, Editora 34.
- LOPES, F. H. A História em Xequê: Michel Foucault e Hayden White. In: RAGO, M., GIMENES, R. A. de O. (orgs.). *Narrar o passado, repensar a*

história. 2000. Campinas, UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

LUCARINY, J. G. D. 1998. *A morte de Deus e a morte do homem no pensamento de Nietzsche e de Michel Foucault*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

MACHADO, L. D. Subjetividades Contemporâneas. In: M. E. B. de (org.). *Psicologia: questões contemporâneas*. 1999. Vitória, EDUFES.

MACHADO, R. *Zaratrusta, tragédia nietzschiana*. 1997. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

_____. *Nietzsche e a verdade*. 1999. São Paulo, Paz e Terra.

MOTTA, F. C.; ALCADIPANI, R. 2003. O pensamento de Michel Foucault na teoria das organizações. *ANPAD*. São Paulo, 27, *Trabalhos apresentados*.

NIETZSCHE, F. W. *Genealogia da moral: uma polêmica*. 1998. São Paulo, Companhia das Letras.

PARKER, M. 1995. Critique in the name of what? Postmodernism and critical approaches to organization. *Organization Studies*. vol. 16, n. 4.

_____. 1999. Capitalism, subjectivity and Ethics: debating labour process analysis. *Organization Studies*. vol. 20, n. 1.

RAGO, M., ORLANDI, L. B. Lacerda, VEIGA-NETO, A. (orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. 2002. Rio de Janeiro, DP&A.

ROSA, R. M. Subjetividade produzida: poder e disciplina em uma problematização foucaultiana. In: BAPTISTA, D. (org.). *Cidadania e Subjetividade: novos contornos e múltiplos sujeitos*. 1997. São Paulo, Imaginário.

VASCONCELOS, J. A História e Pós-Estruturalismo. In: RAGO, M.; GIMENES, R. A. de O. (orgs.). *Narrar o passado, repensar a história*. 2000. Campinas, UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

VATTIMO, G. *As aventuras da diferença: o que significa pensar depois de Heidegger e Nietzsche*. 1980. Lisboa, Edições 70.

Recebido em dezembro/2006.

Aprovado em fevereiro/2007.